

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

DISCOURSE ANALYSIS OF INSTITUTIONAL REPOSITORIES

Solange M. Leda Gallo

Docente da Unisul

solangeledagallo@gmail.com

Márcio José da Silva

Doutorando do PPGCL da Unisul

marcioect@bol.com.br

Resumo: Neste trabalho, apresentamos uma análise discursiva dos Repositórios Institucionais (RI) a partir das noções de arquivo, formação discursiva, acontecimento enunciativo, entre outras, enquanto noções do dispositivo teórico da Análise de Discurso. Primeiramente, abordamos a diferença entre a noção de arquivo institucional e a noção de arquivo discursivo, sendo a primeira de natureza empírica, para a qual o arquivo é determinado politicamente (entre outros fatores), enquanto a segunda é de natureza simbólica e é determinada histórica e ideologicamente. Em seguida, propomos o RI como acontecimento enunciativo no discurso das bibliotecas. Finalmente, consideramos os RI como uma discursividade cujo funcionamento se dá em consonância com o Discurso de Escritorialidade. Ao longo da análise, apresentamos diversos efeitos de sentido que se produzem a partir deste modo de funcionamento e que remetem tanto a processos de apropriação institucional e de mercadorização do conhecimento científico-acadêmico quanto ao fato de que o RI parece funcionar como uma vitrine na qual a instituição expõe este conhecimento que é tomado como sendo “sua produção”.

Palavras-chave: Repositórios institucionais; Análise do Discurso; Discurso de escritorialidade.

Abstract: In this paper, we present a discourse analysis of Institutional Repositories (RI) from the notions of archive, discursive formations, enunciative event, among others, as part of the theoretical device of Discourse Analysis. Firstly, we approach the difference

between the notions of institutional archive and discursive archive describing the first as empirical, for which the archive is determined politically (among other factors), while the second is symbolic, and is determined historically and ideologically. Then we propose the RI as an enunciative event in the discourse of libraries. Finally, we consider the RI as a discursivity whose operations are in consonance with the Oralwriting Discourse. Along the analysis, we present several effects of meaning that are produced from this mode of operation and that cover institutional appropriation and productification of scientific-academic knowledge, while exposing that RI seems to operate as a shop window in which institutions can expose knowledge that is taken as ‘its own production’.

Keywords: Institutional repositories; Discourse analysis; Oralwriting discourse.

Introdução

Os Repositórios Institucionais (RI) surgiram a partir de uma mobilização mundial em favor do acesso aberto à informação científica e vêm ganhando espaço no cenário científico-acadêmico atual (MURAKAMI; FAUSTO, 2013; KURAMOTO, 2014, 2015). Com o desenvolvimento da Internet, este movimento pelo acesso aberto à informação científica (Open Access) ganhou força a partir da década de 1990, quando, em decorrência dos altos custos das assinaturas dos periódicos, a comunidade científica começou a questionar a lógica do sistema tradicional de publicações científicas. O *Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica*, lançado em 2005, pode ser considerado um dos primeiros desdobramentos políticos deste movimento no Brasil.

Há na literatura corrente um efeito de consenso em relação à definição de Repositório Institucional. Apesar de pequenas variações na redação dos enunciados, todos se aproximam da definição elaborada por Leite et al. (IBICT, 2012) e adotada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ao apresentar “boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica” numa cartilha cujo texto completo se encontra disponível na página oficial da instituição. Neste texto, o RI é definido como

[u]m tipo de biblioteca digital. [...] um serviço de informação científica – em ambiente digital interoperável – dedicado ao gerenciamento da pro-

dução científica e/ou acadêmica de uma instituição. Contempla a reunião, armazenamento, organização e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição (IBICT, 2012, p. 7).

Neste trabalho, mobilizamos a noção de arquivo, enquanto dispositivo teórico da Análise de Discurso (AD), para analisar o funcionamento discursivo dos RI. Abordar a noção de arquivo na perspectiva da AD implica em considerar tanto a dimensão institucional quanto a dimensão discursiva, sendo a segunda constituída a partir de determinações históricas e ideológicas.

2 O RI enquanto arquivo

Para pensar no RI enquanto arquivo em sua dimensão institucional, apoiamo-nos na noção de arquivo em seu sentido mais geral, conforme apresentada por Pêcheux (1994, p. 51), como “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Nesta perspectiva, é preciso considerar primeiramente que o arquivo não é composto apenas pelo conjunto dos documentos que são reunidos, (re)organizados, armazenados empiricamente sob o domínio da instituição e que, de acordo com as políticas desta instituição, ficam disponíveis (ou não) a um possível leitor. Esse conjunto que a instituição consegue reunir, seja numa biblioteca tradicional, seja num RI, será sempre um recorte, uma amostra finita de um amplo “campo de documentos” constituído tanto pelos documentos que a instituição consegue captar quanto por inúmeros outros que, apesar de igualmente pertinentes, ainda continuam dispersos por motivos nem sempre conhecidos.

Romão, Leandro-Ferreira e Dela-Silva (2011, p. 11) consideram que o arquivo se constitui como um lugar de autoridade, e que

[t]al autoridade tem relação com o modo como o arquivo inscreve efeitos de saturação de certos sentidos a partir de certas instâncias de poder, quais sejam, poder dizer, poder ordenar, poder fazer circular e poder produzir ressonâncias a partir de uma instituição tida como oficial. Ou seja, a inscrição do político fervilha no e pelo arquivo.

O arquivo que se dá a conhecer a partir da c(h)ancela institucional é sempre “um arquivo” dentre inúmeros outros que, apesar de possíveis, ficam silenciados, esquecidos.

Ele é sempre materializado (politicamente) a partir de gestos de leitura. Entretanto, é preciso considerar que, conforme aponta Pêcheux (1994), a construção de arquivos ocorre sempre sob uma ilusão de completude, na qual aquilo que está nele reunido é tomado como sendo tudo que existe acerca da referida questão, conferindo a este arquivo configurado institucionalmente um efeito de fecho, uma margem supostamente tangível. Arelada a essa ilusão de completude, há ainda o fato de que, à medida que se vão estabilizando determinados sentidos e consolidando um saber a partir desse arquivo, instaura-se um efeito de evidência que atua contendo a polissemia e faz parecer óbvio, verdadeiro e suficiente tudo aquilo que é dito nesse arquivo acerca da questão.

Reconhecer esses aspectos é o primeiro movimento a ser feito em direção à dimensão discursiva do arquivo. Do ponto de vista discursivo, o arquivo ao qual se tem acesso é sempre um dentre tantos outros possíveis, não só porque há inúmeros documentos pertinentes que permanecem fora dele, mas também porque há sempre outros dizeres e outros efeitos de sentido possíveis que permanecem à margem, sempre na eminência de (não) se inscrever. O trabalho do analista é, conforme propõe Pêcheux, desconstruir esses efeitos e refletir sobre o arquivo enquanto uma discursividade afetada pela materialidade da língua e da história, considerando sua opacidade, seus gestos de leitura subjacentes, suas relações consigo mesmo e com as memórias que o constituem.

Seguindo a proposta de Pêcheux (1994), estamos promovendo sobre os RI um gesto de leitura no qual pretendemos extrapolar sua dimensão de arquivo institucional para formular algumas considerações acerca de seu funcionamento discursivo. Buscamos por outros sentidos possíveis além daqueles que já são dados como evidentes na perspectiva institucional. Nesta senda, surgem muitas questões a serem trabalhadas, tanto em relação aos sujeitos e mecanismos que atuam nos processos de captação, reorganização e disponibilização dos documentos tomados como pertinentes a este arquivo, quanto em relação às memórias que são mobilizadas em sua constituição.

3 A Análise

Nossa análise incide sobre dois pontos que consideramos imprescindíveis. O primeiro diz respeito ao funcionamento dos RI enquanto instância de (re)organização, e o segundo, ao seu funcionamento como instância de circulação, na medida em que ele gerencia e disponibiliza/dissemina aquilo que é tomado como sendo a “produção de uma instituição”.

Em relação à questão da (re)organização, é preciso considerar que o repositório institucional configura seu arquivo transportando para a Internet textos que, em sua grande maioria (ou em sua totalidade), são formulados fora dela. Entretanto, transportar os textos não equivale a transportar efetivamente os sentidos, pois os possíveis efeitos de sentido nunca são indiferentes às especificidades das diferentes materialidades nas quais os textos se inscrevem (ORLANDI, 2001a). O transporte produz uma reorganização dos textos, fato que, no caso dos RI, proporciona uma textualização distinta e por vezes contraditória em relação àquela materializada em periódicos, anais de eventos e outras mídias já utilizadas para a circulação desses textos. Pensar esta nova textualização implica em considerar outras possibilidades de circulação e, com elas, outros efeitos de sentido possíveis. Vejamos:

Figura 1. Extrato da página principal do RI-UFSC

The screenshot shows the homepage of the UFSC Institutional Repository. On the left, there is a sidebar with navigation options: 'Buscar DSpace' (search), 'Navegar' (navigate) with links for 'Todo o repositório', 'Comunidades e Coleções', 'Por data do documento', 'Autores', 'Títulos', and 'Assuntos'; 'Minha conta' (my account) with an 'Entrar' (login) link; and 'Discover' (discover) with a list of authors and subjects. The main content area is titled 'Repositório Institucional da UFSC' and includes a welcome message, a mission statement, and a list of 'Comunidades no Repositório' (communities in the repository), with 'UFSC [90830]' listed. Below this is a section for 'Submissões recentes' (recent submissions), which lists several articles with their titles, authors, and dates.

Fonte: Repositório da UFSC (2016).

Nossa análise incide sobre dois pontos que consideramos imprescindíveis. O primeiro diz respeito ao funcionamento dos RI enquanto instância de (re)organização, e o segundo, ao seu funcionamento como instância de circulação, na medida em que ele gerencia e disponibiliza/dissemina aquilo que é tomado como sendo a “produção de uma instituição”.

A Figura 1 refere-se à página inicial do RI da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste exemplo vemos um modelo de organização que é praticamente unânime entre os RI nacionais, uma vez que praticamente todos são formulados a partir de uma mesma plataforma: o software DSpace¹. Apesar de algumas diferenças no *layout* das páginas, nos RI que adotam esta plataforma os textos são organizados por “coleções”, e as referidas coleções são distribuídas em “comunidades”, sendo que as comunidades correspondem a setores da estrutura organizacional da instituição. Este modo de organização por comunidades parece seguir um modelo de disseminação e compartilhamento de conteúdos semelhante ao que se verifica em redes sociais (como o Facebook e o já extinto Orkut, por exemplo), fato que promove um deslocamento em relação ao modo de organização tipicamente adotado em bibliotecas tradicionais e outros modelos de arquivos institucionais voltados para materiais produzidos no âmbito acadêmico-científico.

Ora, assumindo o RI como uma discursividade *on-line*, uma das regularidades observadas entre os diversos RI nacionais é que, de modo semelhante ao que ocorre numa biblioteca tradicional, nos repositórios institucionais a memória discursiva que dá sustentação à organização dos textos mantém categorias como: autor, título, assunto e data de publicação. Entretanto, discursivamente é preciso considerar que, apesar de estar constituída a partir dessas memórias que remetem ao Discurso de Escrita² e ao modo de organização das bibliotecas, essa organização formula-se automaticamente por meio de

¹ O DSpace é um software de código aberto, registrado sob licença BSD open source, distribuído livremente na Internet. Trata-se de um projeto cooperativo liderado pelo MIT e pela HP. No Brasil, o IBICT, em parceria com a USP, disponibiliza gratuitamente uma versão desta plataforma traduzida para a língua portuguesa. Disponível em: <http://dspace.ibict.br>.

² Segundo Gallo (2011), Discurso de Escrita é uma macrocategoria de funcionamento discursivo que contempla textos nos quais é possível identificar efeitos de autoria e legitimidade. Os textos do Discurso de Escrita possuem também efeitos de unidade e fecho. Um texto se inscreve no Discurso de Escrita não porque está formulado como um texto grafado, mas porque sua estrutura e funcionamento seguem a padrões que se tornaram reconhecidamente válidos pelas diversas instâncias de poder que atuam na língua e, conseqüentemente, nos processos de constituição, formulação e circulação dos textos.

um algoritmo de programação que ordena os textos a partir de dois critérios: a quantidade e a atualidade das postagens.

No que diz respeito à atualidade, o campo “submissões recentes” apresenta uma textualidade dinâmica, na qual as diversas postagens são continuamente reordenadas por meio de uma “rolagem automática” que coloca a postagem mais atual sempre em posição de destaque, silenciando outra mais antiga que desaparece da tela. É interessante notar que, de modo semelhante ao que ocorre em redes sociais, ao colocar em posição de destaque uma determinada postagem devido à sua atualidade, este mecanismo de ordenação automática desconsidera parâmetros normalmente adotados no âmbito científico-acadêmico, como aqueles relativos ao reconhecimento do(s) autor(es) dentro da comunidade científico-acadêmica, à qualidade e/ou à relevância técnico-científica do conteúdo postado, por exemplo.

Ao definir a ordenação dos textos de acordo com sua atualidade, o RI apresenta-se como uma textualidade digital, na qual textos formulados em condições de produção típicas do Discurso de Escrita circulam aí com efeito de provisoriedade, sem efeito de unidade, diferente do que ocorre nos periódicos científicos, que publicam e colocam em circulação textos científico-acadêmicos. Num RI, podemos visualizar simultaneamente *links* que permitem acesso aos mais diversos tipos de textos científico-acadêmicos e administrativos (teses, dissertações, artigos científicos, resenhas, documentos administrativos em geral, vídeos institucionais e de estudantes, vídeo-aulas, livros digitalizados, fotos etc.) ordenados de acordo com sua data de postagem.

Na textualidade do RI é possível acessar a versão digital de diversos livros, artigos científicos e outros textos que, apesar de já estarem devidamente publicados sob a égide do Discurso de Escrita, aí são novamente “tornados públicos” e circulam junto com outros textos cuja legitimidade científico-acadêmica não é reconhecida (GALLO, 2015). Do ponto de vista discursivo, temos aí uma questão importante: nos RI, os efeitos de sentido que produzem textos consagrados/legitimados pelo Discurso de Escrita são os mesmos efeitos de sentido produzidos pelos textos que não gozam dessa mesma legitimidade?

Primeiramente, vemos que os textos normalmente considerados como “não legítimos” do ponto de vista científico-acadêmico (como fotos e vídeos produzidos pelos estudantes, por exemplo) parecem ganhar um “efeito de legitimidade” que se produz não

só pelo fato de circularem junto com textos já consagrados, mas também porque no repositório eles ganham maior visibilidade e, à medida que são feitos os downloads desses textos, mostram-se aparentemente mais úteis.

Por exemplo, em relação ao critério quantitativo, percebe-se que, nas categorias “autor” e “assunto” destacadas no canto esquerdo da tela, os textos estão ordenados (em ordem decrescente) de acordo com a quantidade de postagens atribuídas a cada um dos tópicos. Assim como ocorre na seção “submissões recentes”, a ordenação não estabelece qualquer relação com a qualidade, nem com a relevância científico-acadêmica do material postado. É interessante notar que, devido a esse critério quantitativo, nessas categorias um texto é apresentado/disponibilizado em posição de destaque simplesmente pelo fato de ter sido postado no RI dentro de uma coleção específica cuja quantidade total de textos seja maior que a de outras.

Outro aspecto que consideramos importante do ponto de vista discursivo é que, na textualidade do RI, as categorias “autor” e “assunto” parecem não corresponder àquilo a que normalmente se referem em outras discursividades típicas do Discurso de Escrita. Na categoria “assunto”, vemos uma coleção denominada como “teses”, ou seja, no RI a denominação “teses” refere-se não a um tipo de publicação acadêmica, mas a um assunto ou tema de interesse. Compondo a categoria “autor”, temos, além de nomes próprios, também o nome comercial de uma editora e nomes/siglas que designam os diversos setores da estrutura administrativa da instituição. Assim, a função-autor³ está atribuída a uma identificação de “usuário” definida em cada novo cadastro, de modo que, se um texto for postado no RI a partir do *login* atribuído a um setor administrativo da instituição (Direção do CCB, Curso de Artes Cênicas, INEP etc.) ou a uma editora, é esta unidade institucional que será reconhecida no RI como “o autor” do referido texto.

Relacionamos essa função-autor a uma nova posição-sujeito que se inscreve na forma-sujeito relativa à formação discursiva (FD) responsável pela caracterização do discurso das bibliotecas, responsável, portanto, por suas determinações históricas, sociais e

³ A noção de função-autor é proposta por Orlandi (1996) a partir de uma releitura acerca do princípio de autoria em Foucault. Divergindo deste autor (para quem a autoria pressupõe contornos específicos, não sendo válida em qualquer discurso nem de forma constante), Orlandi (1996, p. 77) considera a autoria como um princípio geral, sendo que, mesmo quando um texto não possui um autor específico, sempre se atribui uma autoria a ele. Para ela, o autor é “a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem.” A função-autor se estabelece na/pela relação deste eu com a exterioridade que o constitui enquanto sujeito-autor na medida em que, sob o apagamento (histórico-ideológico) de sua condição de “sempre já sujeito”, ele se vê na origem de seu discurso e passa a representar(-se) – pela linguagem – (n)esse papel [de autor] inscrito na ordem social.

ideológicas, que, por sua vez, estabelecem o que pode e deve ser dito nessa FD. Sendo a forma-sujeito a dimensão universal do sujeito ideal da FD, essa dimensão materializa-se sempre parcialmente em uma posição-sujeito que pode tanto identificar-se com ela quanto contraidentificar-se. Consideramos, nesse caso, que a posição discursiva que se identificaria com a forma-sujeito da FD em questão seria aquela que traria exclusivamente a memória de uma biblioteca tradicional. Por outro lado, essa posição-sujeito que faz seu gesto de leitura das obras da biblioteca a partir da organização de um determinado software (DSpace), que determina uma forma material própria, é uma posição-sujeito que se contraidentifica na FD: inscreve-se na FD, ao mesmo tempo em que, para tanto, força a entrada de saberes externos a essa FD (vindos de outro discurso) que reformulam os sentidos do discurso das bibliotecas.

Consideramos essa tomada de posição, na forma da contraidentificação, como sendo característica do que chamamos um acontecimento enunciativo. Indursky (2007, p. 85) dirá que “[o] acontecimento enunciativo produz tensão nas fronteiras internas da FD, pois faz balançar a unidade imaginária do sujeito, ao introduzir e situar saberes na tênue fronteira de uma FD, o que torna difícil determinar o seu exato pertencimento”.

Em outras palavras, diremos que um repositório institucional se constitui em um acontecimento enunciativo no discurso das bibliotecas. Esse acontecimento pode ser descrito teoricamente como um atravessamento do pré-construído (saberes externos que dão sustentação ao que é dito) que vem de outra FD (relativa à escritoralidade) e que atravessam a FD dominante (relativa ao discurso das bibliotecas) na forma de um discurso transversal. Esse movimento descreve uma posição-sujeito em contraidentificação no discurso. Assim podemos explicar a função-sujeito (login) que se realiza nessa posição-sujeito.

Aprofundando um pouco mais a análise, ao identificarmos nos RI essas características destacadas acima, podemos dizer que eles possuem um funcionamento discursivo que se aproxima daquilo que Gallo (2011) define como Escritoralidade. A autora define o Discurso de Escritoralidade como uma macrocategoria discursiva que funciona entre o Discurso de Escrita e o Discurso de Oralidade, incorporando características de ambos. Trata-se de um discurso sem margens estabilizadas, cujo funcionamento se sustenta num

efeito indiscernível entre memória metálica⁴ e memória discursiva, de modo que promove um efeito de diluição das fronteiras simbólicas (estabelecidas histórica e ideologicamente) entre os discursos de Escrita e Oralidade.

No discurso de Escritorialidade, muito comum em textualidades digitais que circulam na internet (como é o caso dos RI), materializam-se algumas indistinções específicas (não ocasionais) entre as outras duas macrocategorias discursivas (Escrita e Oralidade). Uma delas é que textos cujo funcionamento discursivo fora da Internet é predominantemente marcado pelo Discurso de Oralidade, ao serem transportados para a textualidade digital, parecem adquirir algumas características tipicamente atribuídas aos textos formulados sob condições de produção determinadas pelo Discurso de Escrita (como fecho, unidade, legitimidade e efeito-autor, por exemplo). Gallo (2016) demonstra que, paralelamente a esse efeito, quando textos formulados no discurso de Escrita são transportados para este tipo de textualidade, produz-se um deslocamento no sentido contrário, de modo que estes parecem perder algumas dessas características, sobretudo no que diz respeito ao seu reconhecimento.

No RI, o Discurso de Escritorialidade materializa-se por meio de efeitos de sentido que afetam inclusive o estatuto da autoria, algo cujos sentidos parecem já bem estabilizados em outros discursos que colocam em circulação os textos científicos (p. ex., o discurso da divulgação científica, o próprio discurso das bibliotecas etc.). Referimo-nos aqui ao fato de que o modo de (re)organização dos textos no RI produz um apagamento do sujeito-autor, bem como um efeito de apropriação institucional da autoria, um efeito que reforça o (efeito de) sentido de apropriação já bastante marcado na definição de RI apresentada pelo IBICT, quando este afirma que o repositório atua gerenciando e disseminando a produção científica e acadêmica “da instituição”. Além disso, destacamos que o ato de “tornar público” na textualidade do RI um texto já publicado, além de evidenciar

⁴ A memória metálica está associada às novas tecnologias de linguagem (televisão, computador etc.). Segundo Orlandi (2001b), trata-se de uma memória seriada, onde não há esquecimento, uma memória “achatada”, sem profundidade, que não se produz pela historicidade e sim por acúmulo, pela quantidade de informação. A memória metálica compõe arquivos que se organizam não por sua inscrição literária (autores, épocas, áreas etc.), mas de acordo com seus significantes, organizados enquanto palavras-chave, enumerados em bancos de dados informatizados. O funcionamento da memória metálica possui uma dinâmica fluida, sem efeito de fecho, sempre priorizando o acesso rápido, fato que evidencia um efeito de achatamento do tempo. O funcionamento da memória metálica incorpora aspectos característicos do Discurso da Oralidade e, diferentemente da memória de arquivo, não exige de seus usuários conhecimentos prévios sobre os conteúdos a serem pesquisados, nem domínio das técnicas básicas de pesquisa em arquivos tipicamente produzidos e disponibilizados sob a ótica do Discurso de Escrita.

esta dimensão utilitarista presente nas práticas científico-acadêmicas atuais, parece promover um efeito de desapropriação, porque, apesar de serem resguardados os direitos autorais, cada texto disponibilizado no RI ganha status de “bem público e universal”, um efeito de sentido que atua recobrando (pelo menos em parte) o estatuto de propriedade privada inerente às condições de produção no Discurso de Escrita. Entretanto, a instituição parece apropriar-se deste mesmo bem como sendo “sua produção”. Sobre este efeito discorreremos mais adiante.

Neste ponto, percebe-se uma contradição. Vejamos. Segundo consta na literatura corrente acerca dos RI, o principal argumento utilizado para justificar a ampla disseminação da produção de uma instituição é que o conhecimento (científico e acadêmico) deve ser considerado como bem público e universal. Este argumento, sustentado desde a década de 1990 pelos movimentos em defesa dos Arquivos Abertos, remete a alguns pressupostos iluministas que estão na base do direito à informação enquanto segmento do direito internacional público, sobretudo o “sapere aude” (“atreve-te a saber”), defendido por Immanuel Kant em *O que é o Esclarecimento*, que preconizava o saber laicizado como um direito universal de todo ser humano, fato que remete à obrigação de publicar o conhecimento e trazê-lo à luz do debate público. Trata-se de um movimento global que propõe “um modelo de acesso democrático a conteúdos e ferramentas (softwares) como forma de viabilizar a universalização do conhecimento (FIGUEREDO LIMA, 2009, p. 223)”.

Entretanto, este argumento vem sendo utilizado como sustentação para dizer que tal produção deve ser considerada como um bem público pelo fato de que ela é formulada a partir de pesquisas científicas geralmente custeadas por recursos públicos, seja porque a instituição é efetivamente mantida pelo Estado, seja porque atrelada a ela exista algum tipo de verba pública oriunda, por exemplo, de agências de fomento e apoio à pesquisa. Então, produz-se um deslizamento no qual, aquilo (o conhecimento) que antes era assumido como bem público e universal, algo cujo valor não é monetário, agora é tomado como sendo a “produção da instituição” e recebe estatuto de mercadoria a ser distribuída livremente pelo fato de que seu processo de produção foi financiado com verba pública.

Notemos que, discursivamente, dizer “produção” é um modo de não dizer “produto”. Assim, na constituição do significante “produção”, há memórias que atuam tanto para estabilizar sentidos de continuidade nas/das práticas científicas quanto para negar

o status de mercadoria atribuído ao conhecimento científico e assim reforçar o imaginário de que há, necessariamente, uma conexão utilitarista entre ciência e sociedade, por meio da qual o desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação se dá como resposta às demandas sociais. Ao pensar que efeitos de sentido podem emergir quando se define o RI como um “serviço de informação” dedicado a gerenciar e disseminar esta suposta “produção da instituição”, é possível supor que, paralelamente ao efeito de apropriação institucional da autoria, o funcionamento dos RI indica que nele se materializa um processo de mercadorização do conhecimento, algo que se vem estabelecendo em diversas instâncias sociais, inclusive no meio científico-acadêmico.

O repositório institucional parece funcionar como uma espécie de vitrine onde a suposta “produção da instituição” é exposta para dar-lhe visibilidade e para gerar indicadores quantitativos de sua performance e de sua produtividade. Apoiados em Aubert e Haroche (2013), que brilhantemente abordam a questão da visibilidade nas sociedades contemporâneas, defendemos que, no cenário científico-acadêmico atual, a visibilidade institucional se impõe como um mecanismo de legitimidade e reconhecimento, de modo que “ser visível” não é mais questão de escolha em termos de políticas institucionais, é uma condição de sobrevivência. A visibilidade parece atuar como um tipo de dispositivo de controle por meio do qual supostamente se pode julgar a qualidade, a relevância, e, por que não dizer, a utilidade desta instituição.

Considerações finais

De acordo com a definição formulada pelo IBICT, o efeito de sentido que se apresenta como evidente é que o RI se constitui como um “serviço de informação” extremamente útil, algo que funciona como uma ferramenta tecnológica (neutra e objetiva) capaz de prestar um verdadeiro “serviço de utilidade pública”. Em outras palavras, o RI é definido pelo IBICT como um serviço “dedicado” a reunir, armazenar e organizar “tudo” que é produzido na/pela instituição, um serviço que, além de ajudar os pesquisadores-colaboradores da instituição na organização de seus trabalhos, dá a eles maior visibilidade, aumenta o impacto de suas publicações, bastando para isso que eles sejam diligentes e tenham a nobre atitude de fazer o autoarquivamento de seus textos, vídeos e tudo que puder ser compartilhado livremente. Assim, sendo resguardados os direitos autorais por meio de licenças abertas (do tipo *Creative Commons*, por exemplo), supostamente

“tudo” que é produzido na/pela instituição é disponibilizado gratuitamente na Internet para livre acesso, de modo que “todos” podem não só se beneficiar da referida produção, como também verificar com total transparência e fidedignidade numérica os indicadores gerados no repositório e, a partir deles, avaliar a relação custo/benefício desta instituição.

Entretanto, analisando discursivamente esta definição de RI e seu funcionamento, emergem diversos efeitos de sentido que remetem ao fato de que, conforme dito anteriormente, o RI parece funcionar como uma vitrine na qual a instituição expõe aquilo que é tomado como sendo “sua produção”. Esta produção “da instituição” é exposta como uma mercadoria, um bem de consumo que, por ter sido (eventualmente) produzido com dinheiro público, deve ser amplamente disseminado e livremente compartilhado. Nesta vitrine, a própria instituição também é mercadoria e, se desejar manter-se “pertinente” e útil na sociedade, precisa ter seu repositório institucional constantemente atualizado para que, por meio dele, possa ampliar a visibilidade de “sua produção”, possibilitando maior acesso e uso daquilo que é produzido e, desse modo, gerar indicadores estatísticos/quantitativos de sua performance e de sua produtividade.

Ao ampliar a visibilidade institucional, reforçamos o imaginário de que, por meio dela, é possível promover uma efetiva transparência em relação ao uso do dinheiro público. Ao que parece, toda instituição de ensino e pesquisa precisa ter um RI para tornar-se (ela mesma) mais visível e, supostamente, mais reconhecida e mais confiável, como se esta visibilidade pudesse lhe conferir uma espécie de selo de qualidade.

Nossa análise permitiu desfazer esses efeitos, mostrando que suas determinações vêm das “clivagens subterrâneas” (PÊCHEUX, 1994) do arquivo digital. Ou seja, não é sem consequências que se submete a produção científica de todo o país às determinações materiais de um software estrangeiro que propõe uma organização externa ao discurso das bibliotecas, uma organização própria ao discurso de escritorialidade. Como vimos, esse discurso promove uma legitimidade seguindo critérios de quantidade de visualizações e não de reconhecimento por pares, o que vinha caracterizando o funcionamento do discurso da escrita e do discurso acadêmico-científico. A consequência disso é que estamos, com os RI, adentrando uma outra forma de relação com a produção científica do país: estamos aceitando critérios quantitativos e de mercado para a avaliação dessa produção. As consequências disso apenas começamos a delinear no horizonte.

Bibliografia

AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine. Ser Visível para Existir: a injunção da visibilidade. In: _____. (Org.). *Tirantias da visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2013. p. 13-29.

FIGUEREDO LIMA, Marcia H. T. de. Consequências do Movimento pelo Acesso Livre – Open Access – e o Direito à Informação Científica. In: SAYÃO, Luis F. et al. (Org.). *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador: Ed.UFBA, 2009. p. 219-230.

GALLO, Solange. M. L. Processo de Legitimação no Discurso de Escritorialidade. In: SEMINÁRIOS DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 7., 2015, Recife. *Anais eletrônicos...* Recife: UFPE, 2016. Disponível em:

<http://anaisdosead.com.br/sead7.html>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. Escritorialidade e Autoria: algumas considerações sobre os repositórios institucionais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO, 3., 2015, Maringá. *Anais eletrônicos...* Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2015. Disponível em:

<http://www.anais.jiedimagem.com.br>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. Da escrita à escritorialidade: um percurso em direção ao autor online. In: RODRIGUES, Eduardo A. et al. (Org.). *Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre – uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, 2011. p. 219-230.

IBICT. *Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica*. Elaborado por Fernando Leite et al. Brasília: IBICT, 2012. 34p. il. Cartilha. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em: 23 jul. 2016.

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise de Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 77-91.

KURAMOTO, Hélio. A informação científica e seu acesso livre: que direção o Brasil está adotando? *Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas*. Belo Horizonte, v. 2, edição especial, p. 6-28, fev. 2015.

_____. Mudança nos paradigmas da comunicação científica do terceiro milênio. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). *A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e representações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 255-266.

MURAKAMI, Tiago. R. M.; FAUSTO, Sibebe. Panorama atual dos Repositórios Institucionais das Instituições de Ensino Superior no Brasil. *InCID: Revista de Ciências da Informação e Documentação*. Ribeirão Preto, v. 4, n. 2. Edição especial, p. 185-201, jul./dez. 2013.

ORLANDI, Eni P. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Editora Pontes, 2001a. p. 149-162.

_____. Televisão e Memória. In: _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Editora Pontes, 2001b. p. 179-183.

_____. Nem escritor, nem sujeito: apenas autor. In: _____. *Discurso e leitura*. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 75-83.

PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. In: Orlandi, Eni P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de Betânia Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 49-59. (Coleção Repertórios).

REPOSITÓRIO da UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ROMÃO, Lucília Maria S., LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; DELA-SILVA, Silmara. Arquivo. In: MARIANI, Betânia; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara (Org.). *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 11-21.

Data de submissão: 14/12/2016

Data de aceite: 23/12/2016